

6 AGRADO DE INSTRUMENTO E SUA ADEQUAÇÃO AO PROCESSO ELETRÔNICO

Maria Clara de Almeida Coêlho¹
Aryoswaldo José Brito Espínola²

1 INTRODUÇÃO

O crescente uso de mecanismos informatizados na vida de pessoas e instituições constitui uma realidade que tem provocado mudanças significativas em suas rotinas, alterando práticas que pareciam, até bem pouco tempo, sedimentadas. Isso provoca adaptações de comportamentos de consumidores, usuários de sistemas de informação, donas de casa e profissionais de todas as áreas.

Essa mudança não se restringe à esfera privada, mas atinge igualmente o setor público, interferindo, por exemplo, nas relações mantidas entre o Poder Judiciário e os jurisdicionados.

Nesse contexto, a processualística de todas as esferas judiciais foi incorporando cada vez mais a informatização em seus procedimentos, até o ponto que surgiu no mundo jurídico a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Como se percebe, o disciplinamento legal foi precedido pela realidade prática que o provocou. A legislação precisou ser aperfeiçoada, a fim de não permanecer anacrônica e acompanhar a evolução do conhecimento e da tecnologia posta a serviço do homem, contendo disposições e regramentos acerca dos novos mecanismos cuja utilização se mostrava não só relevante, mas sim imprescindível no contexto atual.

Assim, é importante refletir sobre as adequações que são necessárias à prática aplicada ao novo processo, de acordo com a incorporação de mecanismos informatizados que nele venha sendo realizada.

2 COMPREENSÃO DAS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS DIRETRIZES

-
- 1 Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Potiguar – claracoelho@uol.com.br – Rua Antônio Targino Pessoa da Silveira, 249 – Jardim Cidade Universitária – João Pessoa/PB – Servidora do TRT 13 (Técnico Judiciário – Assessora Jurídica do GJEA)
 - 2 Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Ensino Faculdades – aespinola@webmail.trt13 – Rua Odena Carneiro Pereira de Melo, 147/601 – Jardim Oceania – João Pessoa/PB – Servidor vinculado ao TRT 13 (Secretário da Corregedoria)

PROCESSUAIS, QUANDO APLICADAS AO PROCESSO ELETRÔNICO

É possível observar uma das adaptações já procedidas pelo legislador, no tocante ao processo eletrônico, que diz respeito ao horário disponível para protocolização de petições.

Em relação ao processo convencional, não eletrônico, sabe-se que as petições devem ser protocolizadas durante o horário forense, tanto assim que um dos motivos para a prorrogação do prazo processual consiste na ocorrência de término do expediente forense antes da hora normal (CPC, art. 184, § 1º, II).

Essa diretriz legal certamente se apóia na necessidade de limitar o intervalo em que os serventuários da Justiça devem estar à disposição dos jurisdicionados, para a prática de atos de interesse destes últimos.

Acontece, no entanto, que, uma vez sendo permitido à parte protocolizar petição eletrônica para atender ao prazo processual, não é mais necessária a presença física de um servidor para colher essa peça. O envio se dá *on line*, por meio do sistema disponibilizado pelo órgão do Judiciário na internet, que deve funcionar ininterruptamente.

Consequentemente, as petições serão consideradas tempestivas quando transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia (Lei nº 11.419/2006, art. 3º, parágrafo único).

Neste caso específico, portanto, não se fala mais em observância do expediente forense, pois a nova disposição beneficia os atores do processo sem causar nenhuma implicação prejudicial ao Judiciário.

Outras situações existem que ainda não foram abordadas pelo legislador, mas têm demandado alterações práticas a partir da implementação de mecanismos instrumentalizadores do processo eletrônico.

O TRT da 13ª Região, por exemplo, vem implantando o processo exclusivamente eletrônico em várias de suas unidades, nas quais não é mais utilizado o ingresso de ações em meio físico (papel impresso), sendo recepcionadas apenas petições e documentos confeccionados eletronicamente ou digitalizados, salvo exceções legais. Além disso, os atos processuais são praticados diretamente no sistema em meio totalmente eletrônico ou, havendo necessidade, são confeccionados em meio físico, a exemplo das destinadas à assinatura de partes e testemunhas, com posterior digitalização e registro no sistema de administração processual.

Nesses casos, todos os elementos processuais encontram-se inseridos no sistema de informática do Regional.

Tais processos, portanto, eletrônicos ou integralmente digitalizados, permitem a reprodução de suas peças em outros processos, caso necessário, sem custo para as partes ou para o

erário, desde que seja desenvolvido no sistema mecanismo que possibilite essa prática.

Seguindo esse raciocínio, surge o questionamento sobre a obrigatoriedade de a parte que interpõe agravo de instrumento, para destrancar recurso ao qual foi denegado seguimento, reproduzir as peças elencadas na CLT, art. 897, § 5º, I.

Ora, a formação do instrumento pressupõe a necessidade de manutenção dos autos principais em tramitação, para viabilizar a execução provisória, bem como a subida do agravo para a instância revisora, contendo todas as peças necessárias para seu julgamento e do recurso que venha a ser destrancado.

Como a norma legal foi editada em um contexto no qual apenas existiam autos físicos, era imprescindível a obrigatoriedade de extração de cópias das peças relevantes dos autos principais para instrumentalizar o agravo. Essa providência foi atribuída às partes, uma vez que não se poderia onerar o Judiciário, exigindo-lhe arcar com o custo da medida e com a paralisação das atividades regulares de um servidor para realizar ato de interesse de um litigante.

Quando se trata de processo totalmente digital ou eletrônico, no entanto, essa questão desaparece. Todas as informações estão disponíveis no sistema.

Assim, convém ponderar não só acerca da possibilidade de replicação de peças do processo principal para a formação do instrumento (eletrônico) do agravo, mas outra hipótese pode ser cogitada.

Ora, todas as peças relativas a determinado processo estão contidas em um banco de dados digital, acessível integralmente aos servidores e magistrados que utilizem o sistema, bastando, para tanto, ativar o modo de consulta e indicar a numeração única processual.

Diante disso, não seria mais que suficiente para a apreciação do agravo que o agravante apresentasse as razões de seu inconformismo e indicasse o número do processo digital ou eletrônico no qual foi proferido o despacho que denegou seguimento a seu recurso?

Seria vantajoso para a parte, prático para os servidores e magistrados e não demandaria nenhum prejuízo à União.

Certamente que essas hipóteses aqui ventiladas requerem uma mudança de comportamento dos operadores do direito integrantes do Poder Judiciário. Além disso, necessitam de um disciplinamento específico, contendo todas as diretrizes para operacionalizar a adoção de uma nova sistemática relativa ao agravo de instrumento.

Caso se mostre viável, por exemplo, a replicação de peças do processo principal nos autos eletrônicos do agravo de instrumento, afigura-se pertinente atribuir ao agravante a responsabilidade de indicar corretamente o número da ação, bem como de conferir a legibilidade e regularidade de todos os documentos e atos processuais nele registrados e que devam obrigatoriamente formar o

instrumento, bem como os demais que considere úteis ao deslinde da matéria controvertida, por analogia ao contido na CLT, art. 897, § 5º. Embora não necessite providenciar cópias físicas como antes, porque a situação não comporta essa medida, eventuais problemas de leitura e compreensão da peça digital replicada continuam sob seu encargo.

Se for preferível dispensar a replicação de peças e simplesmente permitir a indicação do número do processo principal pelo agravante, juntamente com suas razões recursais, outras providências se fazem necessárias, uma vez que deixará de haver, propriamente, um instrumento.

Com efeito, deve ser criado um mecanismo que permita aos servidores e magistrados que venham a trabalhar com o agravo o total acesso ao conteúdo do processo no qual conste o despacho agravado.

Isso deve ser previamente pensado, para não criar dificuldades quanto à análise de ações que corram em segredo de justiça, por exemplo.

Além disso, há os casos em que o agravo de instrumento se dirige ao Tribunal Superior do Trabalho e a integralidade do processo eletrônico principal apenas está disponível aos usuários internos do sistema de informática do Regional. Talvez essa questão fosse resolvida com o fornecimento a servidores, Juízes, Desembargadores e Ministros de um certificado digital que permitisse o acesso às informações de processos em tramitação no Juízo de origem.

Podem ser encontradas outras soluções. O importante é pensar-se, desde já, em medidas que atendam a esse novo perfil do agravo de instrumento no processo eletrônico.

Relevante salientar que a adoção de providências similares a essas aqui mencionadas não podem ser encaradas como maculadoras do disposto na lei. A regra contida na CLT, art. 897, § 5º, deve ser observada do ponto de vista da situação que pretendeu disciplinar, ou seja, a operacionalidade e a possibilidade de plena apreciação de agravos interpostos em face de decisões proferidas em processos materializados unicamente em autos físicos (papel impresso). O texto legal se destina apenas a esse tipo de situação. O processo eletrônico, de criação recente, não era cogitado na época e tem peculiaridades que não tinham sido pensadas, demandando tratamento específico, com adoção de procedimentos mais adequados à nova realidade.

As mudanças de paradigma são inevitáveis, conquanto possam parecer incômodas a princípio, principalmente quando alteram uma sistemática já solidamente estabelecida. A evolução do conhecimento e da tecnologia impõem a ocorrência de atualização de procedimentos e resistir a isso implica em uma estagnação insustentável por muito tempo. Daí a importância em refletirmos sobre alternativas mais viáveis para situações novas inseridas no contexto atual do processo.

3 CONCLUSÃO

A informatização de procedimentos em todas as áreas do viver humano e, particularmente no âmbito do Poder Judiciário, com a edição da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, tornou necessária a renovação de posturas e práticas até bem pouco tempo sedimentadas.

O processo eletrônico trouxe facilidades para a atuação dos jurisdicionados e operadores do direito de forma geral, requerendo, por outro lado, a adoção de diretrizes novas e específicas para sua tramitação.

Algumas já foram promovidas pelo legislador, mas outras questões ainda não foram abordadas, como é o caso da formação do instrumento quando interposto agravo destinado a destrancar recurso denegado.

A inexistência de autos físicos e a disponibilidade de todas as peças processuais no sistema de informática do órgão do Judiciário no qual tramite o feito eletrônico tornam discutível a aplicabilidade literal da regra contida na CLT, art. 897, § 5º.

Adaptações às diretrizes criadas especificamente para o processo convencional se fazem necessárias ao processo eletrônico e não devem ser vistas como afronta à lei, uma vez que ela se aplicava a outro contexto e situação diversa.

Constatada a alteração da realidade, uma mudança de postura é consequência inevitável, sendo forçoso pensar-se em alternativas para adequação das regras antigas ao contexto atual.